



**Centro de Integridade Pública**  
**Boa Governação-Transparencia-Integridade**

# NOTA SOBRE A VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE FILIPE NYUSI AOS EUA

## I CONTEXTO

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, efectuou uma visita de trabalho aos Estados Unidos da América, entre os dias 14 e 17 de Setembro de 2016, acompanhado de uma delegação de altos dirigentes do Estado<sup>1</sup>. Encontros importantes do Presidente durante esta visita tiveram lugar com a Directora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, e com investidores em Washington DC e em Houston.

Nos dois encontros com os investidores, a delegação do Governo apresentou as potencialidades do país em todas as áreas de negócios, mas foi notável o silêncio sobre questões relevantes da vida do país, como: i) a crise financeira causada pela dívida pública oculta e ilegal; ii) a corrupção que corrói os recursos públicos e ameaça a realização de investimentos; iii) o conflito armado que tem impacto sobre os investimentos públicos e privados no país.

Os eventos com os investidores norte-americanos foram organizados pela Corporate Council on Africa, em Washington, DC, e pelo Greater Houston Partnership Mozambique Business Forum, em Houston.

O CIP saúda a iniciativa do Governo de promover a imagem do país no exterior e de enfocar encontros com potenciais investidores. A missão do Governo também constituiu uma oportunidade para o Presidente Nyusi dizer ao mundo que o Governo de Moçambique está comprometido em operar mudanças na governação, restaurando a confiança dos cidadãos, investidores e parceiros internacionais.

Nesta Nota, o Centro de Integridade Pública (CIP) apresenta a sua interpretação dos encontros da delegação moçambicana nos EUA e faz vínculo com o combate à corrupção, talvez o maior problema fiscal que existe em Moçambique.

## II DETALHES

### A Reunião do Presidente Nyusi com a Directora-Geral do

#### FMI

A reunião com o FMI teve lugar no dia 15 de Setembro no contexto da preparação de uma missão do FMI para visitar Moçambique de 22 a 29 do corrente mês. Os propósitos principais da missão são de: informar-se dos últimos desenvolvimentos económicos em Moçambique; identificar progressos quanto à auditoria forense internacional independente requerida pelos parceiros; analisar o progresso nas investigações lideradas pelas instituições moçambicanas<sup>2</sup> quanto às dívidas ilegais da ProIndicus e MAM. Esta missão parece não incluir a negociação de um novo programa financeiro do FMI com o Governo.

Analisando a Declaração de Imprensa do FMI sobre a reunião (Anexo 1) nota-se, em primeira instância, que em nenhuma parte aparece mencionada a palavra “programa”. Em segunda instância, nota-se referência clara a “auditoria internacional e independente”, quer dizer, exactamente o que pedem os parceiros. Na opinião do CIP, o FMI não suavizou a sua insistência de realização da auditoria. Ademais, as negociações com o FMI para um programa financeiro não parece que possam iniciar nos próximos tempos.

Há mais uma observação: nota-se, em linguagem da diplomacia, uma clara preocupação do FMI quanto às medidas recentemente tomadas pelo Governo. Por exemplo, na Declaração de Imprensa do FMI, a frase “A Directora-Geral saudou os passos iniciais adoptados pelas autoridades moçambicanas

sobre as reformas e as políticas acordadas” à primeira vistaparece positiva, mas para o CIP énegativa pela simples razão de incluir a palavra “iniciais”, pois isso denota que os passos até agora adoptados (isto é, asreformas e as medidas acordadas) são insuficientes.

### B Reunião do Presidente Nyusi com Potenciais

#### Investidores

Nos dois eventos com os empresários, em Washington e em Houston, a delegação presidencial não foi transparente na apresentação do país aos potenciais investidores. Nas diversas intervenções, a delegação moçambicana falou das oportunidades e forças que Moçambique possui, mas deixou de lado as fraquezas e ameaças que o país enfrenta. Desta forma perdeu-se a oportunidade de falar sobre acções em curso levadas a cabo pelo Governo para superar os problemas fiscais.

Nestes termos, ao se reunir com potenciais investidores no exterior, era obrigação do Governo apresentar a situação real do país e as medidas que estão a ser adoptadas pelo Executivo, ao mais alto nível, para alterar esta situação. Ficar-se apenas nos aspectos positivos denota falta de compromisso do Governo em apresentar os desafios macroeconómicos do país. Esta prática tem sido recorrente, o que resulta em falta de transparência do Governo na condução dos negócios do Estado.

O CIP apurou que durante o encontro do Presidente com investidores houve queixas por parte destes. Estas queixas resultaram do facto de o Presidente não ter mencionado os aspectos importantes da situação económica de Moçambique, como é a dívida oculta. O que também decepcionou os investidores foi o formato do encontro que não permitiu o Presidente responder as perguntas dos participantes.

Acerca das declarações do Governo, que foram publicadas na imprensa de Moçambique, o CIP chama atenção ao facto de que nenhuma informação adicional foi divulgada por forma a satisfazer a curiosidade do povo moçambicano. O facto de não mencionar os resultados específicos obtidos destas reuniões levanta sérias dúvidas sobre os progressos alcançados em relação aos *dossiers* do sector dos hidrocarbonetos e da dívida pública. Ao não usar esta oportunidade, o povo moçambicano fica com uma grande incógnita quanto às intenções das grandes empresas internacionais no sector de hidrocarbonetos em Moçambique. Tanto as vendas de blocos como os investimentos para a produção são de enormes consequências para a nossa economia.

### III Compromisso de Combate à Corrupção

A Directora-Geral do FMI disse a seguir ao encontro com o Presidente Nyusi que a “corrupção reduz os esforços dos Estados de busca de desenvolvimento inclusivo e sustentável”<sup>3</sup>. Esta não é a primeira vez que a Directora-Geral do FMI fala dos males da corrupção e relacionando-os com a governação em Moçambique. A 18 de Maio do ano corrente, Christine Lagarde afirmou em entrevista ao programa “A Hora da Mulher”, da BBC, que o FMI suspendeu o programa de cooperação com Moçambique devido à corrupção<sup>4</sup>.

A corrupção nos negócios do Estado é, efectivamente, um dos principais factores do défice fiscal em Moçambique. O CIP produziu o primeiro estudo independente que quantifica o impacto da corrupção nas receitas do Estado em Moçambique. Chegou à conclusão de que, de 2004 a 2014, o preço da corrupção foi de até 4,9 mil milhões de dólares norte-americanos, o equivalente a cerca de 30% do PIB de 2014 e 60% do Orçamento do Estado para 2015.

Sendo a corrupção um dos principais desafios de Moçambique, era de se esperar que a delegação presidencial abordasse esta problemática com os potenciais investidores e de seguida apresentasse acções em curso no combate e prevenção deste fenómeno. Neste contexto, o CIP defende que uma auditoria forense se apresenta como o garante de transparência dos negócios públicos em Moçambique que se debate com uma crise financeira causada por uma governação sem transparência nem integridade na condução dos negócios do Estado, que foi a marca da última década. O Governo do Presidente Nyusi comprometeu-se a ser mais rigoroso e transparente na gestão da coisa pública, fazendo esquecer os últimos 10 anos da governação anterior. A contratação de auditoria forense pelo Estado moçambicano para avaliar as contas públicas, especificamente as dívidas contraídas pelo Governo passado, é um passo preponderante para a materialização dessa promessa, defendida tanto pelos cidadãos moçambicanos, como pelos diversos parceiros internacionais.

#### IV CONCLUSÕES

A viagem do Presidente Nyusi aos Estados Unidos da América criou várias expectativas no povo moçambicano relacionadas, primeiro, com o progresso em relação ao restabelecimento da confiança com o FMI e, segundo, com os investimentos esperados para os hidrocarbonetos. Para o CIP as expectativas do povo ficaram longe de ser satisfeitas porque:

-- Não se conseguiu mudar o pensamento do FMI quanto ao progresso dos trabalhos técnicos com Moçambique (parece que continuarão de forma lenta)

-- Não se conseguiram novas informações sobre as actividades no sector de hidrocarbonetos (sendo o ano de 2017 como o mais provável em relação a progressos animadores).

Em geral, o CIP acha que o Governo, na comunicação sobre a missão aos Estados Unidos, não aproveitou da melhor forma as possibilidades de ser mais transparente para com o povo moçambicano em relação aos pontos levantados constantemente pela sociedade civil:

-- Mais transparência do Governo nos negócios do Estado

-- Mais informação sobre como o Governo está a reduzir o impacto do alto endividamento nas finanças públicas e no cidadão comum.

O FMI tem vindo a puxar pela transparência, emitindo comunicados logo depois dos encontros. Não obstante, não estamos a ver a mesma prática na contra parte moçambicana, o Governo. *O CIP acha a falta desta prática no Governo uma situação grave, pois o povo continua a depender de terceiros para saber da posição do nosso Governo quanto aos problemas económicos de Moçambique.*

O que também chama atenção é o facto de a AR-CPI e a PGR não comunicarem sobre a investigação em curso relacionada com as dívidas ocultas e ilegais. *O CIP insta o Governo, e ao FMI, a publicar os TDR (Termos de Referência) que o Governo vai produzir junto com o FMI e assegurar que sejam de conhecimento público.* O CIP não ficou esclarecido quanto ao mecanismo de trabalho para a produção dos TDR e quanto ao papel dos órgãos de justiça (PGR) e de fiscalização no processo (Assembleia da República e Tribunal Administrativo) antes e depois da elaboração dos TDR.

#### ANEXO 1. Declaração de Imprensa do FMI Sobre a Reunião do Presidente Nyusi com a Directora-Geral do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde

“A Directora-Geral do Fundo Monetário Internacional Christine Lagarde e o Presidente da República de Moçambique Filipe Nyusi reuniram-se hoje para discutir os desafios económicos que Moçambique enfrenta. A Directora-Geral saudou os passos iniciais adoptados pelas autoridades moçambicanas sobre as reformas e as políticas acordadas. Salientou a necessidade de novas medidas destinadas a estabilizar a economia e de esforços mais decisivos para melhorar a transparência, nomeadamente uma auditoria internacional e independente das empresas que foram financiadas no âmbito dos empréstimos divulgados em Abril de 2016. A Directora-Geral acolheu positivamente a disposição do Governo de Moçambique de trabalhar com o FMI na definição dos termos de referência para este processo — a ser lançado pela Procuradoria Geral da República — e de implementá-lo. Para este fim, uma equipa de funcionários do FMI visitará Maputo na próxima semana.”

1 A delegação integrou ministros e dirigentes de empresas públicas e participadas pelo Estado, assim como pelo novo Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela.

2 Procuradoria-Geral da República (PGR) e Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) da Assembleia da República (AR).

3 Christine Lagarde na abertura da cerimónia anual da Associação Internacional de Advogados (tradução informal do CIP): “Como [a corrupção reduz os esforços dos Estados]? Em primeiro lugar, ao enfraquecer a capacidade fiscal. Quando os cidadãos sentem que indivíduos ricos são capazes de evitar o pagamento de impostos através de subornos, isto deslegitima o sistema inteiro. E não surpreendentemente, outras pessoas decidem não cumprir, o que compromete a capacidade do Estado para aumentar a receita. Ao mesmo tempo, os gastos do governo ficam inclinados em direcção a áreas com maior oportunidade de suborno, tais como contratos públicos para projectos de construção”.

4 “When we put in place a programme with a country, we look at corruption. We look at what reforms could improve the corruption level. When we see a country and a programme with the IMF where international community money is committed, that is not respecting its financial disclosure engagement, which is clearly concealing corruption, we suspend the programme. We did that just recently with Mozambique.”, Christine Lagarde, entrevista disponível em <http://www.bbc.co.uk/programmes/b07b9r10#play> [acedido a 22 de Setembro de 2016, às 14h21min]